INSTITUTO
Documentação
AMBIENTAL
Data 26/12/95 Pg A5
Ass. 36

Mineradoras podem reduzir impacto ambiental

O valor gasto no mundo com operações de recuperação de áreas degradadas é imensurável e pesa no orçamento das empresas

por Juliana Almeida e
Neuza Serra
de São Paulo

As mineradoras estão começando a se empenhar na recuperação das áreas degradadas por suas atividades. O aproveitamento de recursos minerais implica modificações significativas nas condições ambientais e compromete a área de extração e vizinhanças, não só durante como depois do encerramento da atividade. Devido a esses fatores, o valor gasto no mundo com operações de restabelecimento do meio ambiente é imensurável e certamente pesa no orçamento das empresas envolvidas. Para evitar maiores aborrecimentos com este assunto, empresas como a Enal - Engenheiros Associados Ltda. (de Belo Horizonte) estão cada vez mais se especializando em

encontrar soluções práticas para tais problemas.

O engenheiro Francisco Tavares, da Enal, faz algumas recomendações para as empresas que pretendem entrar no ramo de mineração. A primeira providência a ser tomada é montar um programa de trabalho, prevendo como será feita a lavra e a posterior recuperação da área em questão (a apresentação do Prad - Plano de Recuperação da Área Degradada - é obrigatória e prevista pela legislação brasileira).

Armazenar a camada superficial do solo original, por exemplo, permite o posterior reflorestamento da região. Este solo deverá ser guardado em um pátio compactado e drenado por um período máximo de dois anos. Mas quando se trata de uma mina antiga, sem um plano detalhado de recuperação, a me-

lhor solução é transformar os "buracos" de mineração em lagoas, explica Tavares.

Armazenar a camada superficial do solo ajuda o reflorestamento

A lagoa deverá ter uma atividade econômica ou ambiental. A alternativa mais procurada é a piscicultura. Mas é preciso ficar atento para as espécies a serem criadas, de maneira a não causar uma "catástrofe ambiental". Em Fumas, por exemplo, a procriação de tucunarés dizimou espécies típicas da região.

É importante lembrar também que recuperar uma área requer monitoramento constante. No caso do reflorestamento, é preciso corrigir a acidez do solo e acompanhar o desenvolvimento das espécies escolhidas, assim como combater a formação de formigueiros.

A extração de cassiterita (minério de estanho) é uma das atividades de forte impacto ao meio ambiente. Somente no Estado de Rondônia, milhares de hectares foram degradados nos últimos oito anos. Na mina de Bom Futuro - uma das maiores do Brasil, e da qual a Paranapanema é a maior acionista - são cerca de 5 mil hectares em que a floresta original não existe mais.

Segundo o geólogo Renato Muzzolon, a Empresa Brasileira de Estanho S.A., Ebasa (que detém o direito de lavra na região), pretende começar o processo de recuperação assim que algumas áreas de extração forem abandonadas. O que deverá ser feito por meio da piscicultura, reflorestamento com espécies frutíferas regionais ou criação de pequenos animais para subsistência familiar.

A dificuldade, explica Muzzolon, é quanto à atuação dos garimpeiros. "Enquanto eles estiverem trabalhando no local, será difícil pensar em um programa de recuperação", explica.

Em outra mina da re-

gião, no município de Jamari, um amplo programa está sendo desenvolvido. A Companhia Estanífera do Brasil (Cesbra), já investiu US\$ 1,5 milhão no reflorestamento de 300 hectares na mina Santa Bárbara. E, até o ano 2000, a empresa canadense prevê um investimento de mais US\$ 2,5 milhões.

Ainda há empresas que operam sem autorização de lavra e EIA/Rima

Em Belo Horizonte, o Comitê de Normatização Internacional em Mineração (Co-

nim), mantido pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) difunde as normas da BS 7750, a base conceitual da ISO 14000. Segundo o secretário-executivo do Ibram, José Mendo Mizael de Souza, um dos objetivos desse núcleo é desenvolver trabalhos junto às pequenas e médias mineradoras, que nem sempre têm condição de arcar com as despesas de um programa de recuperação ambiental. "Estamos procurando conscientizar essas mineradoras a trabalharem em conjunto com os órgãos ambientais de cada estado", diz o secretário executivo.

Neuza Marcondes, assistente executiva da Coordenadoria de Planeja-

mento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, diz que a mineração causa impactos diversos como as cavas, assoreamento de rios e pedreiras que cortam morros. Segundo ela, ainda há muita clandestinidade. Há mineradoras que iniciam o processo de extração sem autorização de lavra e também apresentação de estudo de impacto ambiental (EIA/Rima). Atualmente, a secretaria realiza um trabalho no Vale do Paraíba de fiscalização dos portos de areia e formou uma comissão junto às prefeituras da região para regularizar a situação.